

POLÍTICA

O PCB discute seu papel na transição democrática

São três os documentos que a direção nacional do Partido Comunista Brasileiro elaborou para que sejam discutidos no 8º Congresso do partido, marcado para maio. A direção do PCB esteve reunida durante o fim de semana na Câmara Municipal para debater o papel do partido "nessa etapa de transição democrática" e fixar temas para discussão no próximo congresso, tendo como base a Constituição.

O documento central, resultado dos debates, chama-se "O PCB na Transição Democrática", e nele o partido renova o seu apoio ao governo Sarney no sentido de que ele cumpra a plataforma programática de mudanças que foram estabelecidas em 1985. Os comunistas acham que para "isolar e derrotar as forças reacionárias" é importante a "unidade e convergência das forças políticas democráticas numa frente ampla" integrada pela Aliança Democrática e tendo o PMDB como núcleo principal. Esse documento faz uma proposta de apoio à Nova República, mas em termos doutrinários, levando em conta o espírito desencadeado com a eleição de Tancredo Neves na recondução do País ao caminho democrático.

O segundo documento faz uma avaliação do processo eleitoral e o desempenho dos comunistas. O PCB reconhece a sua derrota nas últimas eleições, quando conseguiu manter a sua bancada de três deputados federais, mas perdeu muitos de seus deputados estaduais. Nesse documento, os comunistas apontam uma contradição: a sua derrota, foi acompanhada da vitória das forças democráticas às quais estavam vinculados.

Foram várias as causas apontadas pelos comunistas para o mau desempenho do partido na eleição. A primeira delas, de acordo com o documento, é que ainda existe uma pressão muito grande do anticomunismo. Mas há outros fatores que contribuíram para a derrota, e eles estão sendo atribuídos a falhas do próprio partido. Em primeiro lugar, os comunistas destacam "a baixa inserção do PCB nos movimentos sociais, sobretudo nos centros urbanos", a falta de uma maior definição do papel do partido, que levou setores do eleitorado a classificar o PCB como uma simples agremiação de apoio ao governo. Outro problema apontado pelo documento é que o PCB chegou muito tarde à legalidade, o que dificultou a sua organização. "Houve debilidades na máquina orgânica, embora o PC tenha chegado às eleições estruturado." Mais um problema é apontado no documento como causador da derrota: a ineficiência no uso dos meios de comunicação. Para os comunistas, o partido não soube passar a sua mensagem através dos órgãos de comunicação de massa, principalmente no horário gratuito de propaganda eleitoral no rádio e na televisão.

O terceiro documento é um balanço e uma avaliação do trabalho da direção, que está no cargo desde 1983. Durante o encontro desse fim de semana, os comunistas também discutiram a renovação do regimento interno do partido. Agora os textos desses documentos serão publicados no próximo número de A Voz da Unidade, órgão oficial do partido, e logo em seguida, através do próprio jornal será iniciada a discussão tendo em vista o 8º Congresso. Qualquer integrante do partido poderá apresentar a sua proposta, num texto de no máximo 120 linhas, que será publicado na "Voz". Essa discussão deverá ir até março, quando começam nos núcleos do partido as deliberações sobre a discussão. Dos núcleos a deliberação passa para as direções municipais, depois para as direções estaduais até chegar em março quando se darão em âmbito nacional, estando previstas também renovações no comando comunista. Para o lugar de Giocondo Dias estão cotados os nomes de Roberto Freire e Hércules Correia.

Como está o diálogo das Forças Armadas com as lideranças políticas do País? Essa pergunta foi feita por um oficial-general durante uma reunião de militares e o ministro militar presente respondeu com estas palavras: o diálogo está excelente, mas o melhor diálogo nosso é com dr. Ulysses Guimarães.

O presidente da Câmara é o líder político do País que inspira maior confiança aos militares, considerando-se, naturalmente, que o presidente Sarney está em outro nível, por ser o comandante supremo das Forças Armadas.

O presidente da Câmara tem um diálogo natural com os ministros militares, que o respeitam como uma liderança democrática, um homem que combateu o regime militar, mas sempre sem assumir posições radicais. Por isso e pelo estilo moderado que adotou em vários momentos difíceis, ele é citado em reuniões, inclusive reservadas, nas quais os militares falam mais francamente, como um homem capaz de conduzir com equilíbrio os trabalhos da Constituinte.

Na mesma reunião em que o dr. Ulysses foi citado como o líder político que tem o melhor diálogo com os ministros militares, um ministro disse que ninguém poderia jamais classificá-lo de adesista, por maior que fosse o patulhamento exercido contra o deputado.

E se as Forças Armadas não pretendem interferir na política, especialmente nas questões de co-

O que os militares estão esperando da Constituinte

Basicamente, esperam a preservação do papel das Forças Armadas como responsáveis pela ordem interna, acreditando no poder de liderança de políticos como Ulysses Guimarães, com quem mantêm bom diálogo.

notação nitidamente partidária, como os ministros militares já afirmaram em mais de uma oportunidade, eles deixarão claras suas posições este ano, em relação aos assuntos políticos, mas de sentido institucional e que lhes dizem respeito.

Entre estes, o que tem sido objeto de maiores manifestações nas reuniões informais dos militares é o relativo às atribuições constitucionais das Forças Armadas. Os ministros militares preferem preservar a atribuição adotada a partir das Constituições de 1891, a primeira Carta Magna republicana, e que lhes dá responsabilidades na manutenção da ordem interna.

Uma coisa, entretanto, é a responsabilidade na ordem interna; outra, completamente diferente, é



a chamada "ideologia da segurança nacional". O próprio ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, disse que segurança nacional não é ideologia.

Esta frase deixa óbvia sua posição de defesa da responsabilidade militar na garantia da ordem interna. Mas não a envolve com o superdimensionamento da segurança interna, surgido a partir da Junta Militar de 1969 e principalmente no governo Médice.

Não há hoje entre os ministros militares as posições dogmáticas sobre a segurança nacional, que no passado comprometeram vários direitos fundamentais, como a liberdade de imprensa e a livre associação, além das garantias individuais, até o instituto de habeas corpus, confundindo política de se-

gurança nacional com ideologia. Não há também uma exigência por parte dos ministros militares para que a Constituinte adote o princípio de que as Forças Armadas são responsáveis pelos "poderes constituídos", como está na emenda número um. Expressão que, segundo juristas, abre a perspectiva de as Forças Armadas apoiarem governos surgidos através de golpe de Estado.

Os ministros militares defendem a tese de que as Forças Armadas devem ser situadas na próxima Constituição como instituições nacionais, permanentes, baseadas na hierarquia e na disciplina, responsáveis pela garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, subordinadas ao seu comandante supremo, o presidente da República.

Para os ministros militares, sua manifestação sobre as responsabilidades das Forças Armadas na próxima Constituição não pode ser confundida com o Lobby no seu sentido pejorativo, porque as Forças Armadas têm o direito de se manifestar nesse sentido.

A posição das Forças Armadas não representa um dogma envolvido com a doutrina da segurança nacional adotada nos momentos mais negativos do regime militar. Ela representa não uma proposta de superdimensionamento da segurança do País, mas sim uma proposta também de compromisso com a ordem jurídica.

Hélio Contreiras

DESTAQUE POLÍTICO

"Você quer um candidato ou um reproduzido?"
Jânio Quadros, quando um repórter lembrou que ele estaria velho demais em 1990 para ser candidato à presidência.

CURTAS

● PARA O deputado Fernando Cunha (PMDB-GO) o momento é de séria reflexão por parte das autoridades da classe empresarial e dos trabalhadores para que não venham arrepende-se depois que a economia ficar ao descontrolado, ao descalabro e à anarquia coletiva.

● O SECRETÁRIO-geral da CNBB, dom Luciano Mendes de Almeida, e o presidente nacional do PT, Luís Inácio Lula da Silva, participarão, dia 23, de um ato público em Manaus por uma Constituinte mais popular e menos conservadora.

● O PFL apóia Ulysses Guimarães para a presidência da Câmara, mas lutará para ocupar proporcionalmente as Mesas da Câmara e do Senado, reafirmou o ministro Aureliano Chaves, sexta-feira, em Belo Horizonte.

● ALEGANDO "falta de função" no cargo, que ocupava desde 85, o vice-prefeito de Vitória, Antônio Pêlaes (PMDB) renunciou para assumir sua cadeira de deputado estadual, reeleito em novembro último.